

NEGRITUDE, TRANSGENERIDADE E A PLURALIDADE DO FEMININO: A EDUCAÇÃO PÚBLICA COMO ESPAÇO DE LUTAS, IDENTIDADES E EXCLUSÕES

José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior

Graduado em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

Bolsista CNPq no Laboratório História e Memória (UFPE/TRT6).

Email: romelio.jr@hotmail.com

Resumo: O espaço escolar é um ambiente que atinge diversas identidades. Recorrendo aos estudos de gênero e raça, é significativo destacar a identidade negra e transgênero em torno da educação. Para a produção deste artigo, a EREM Ginásio Pernambucano/Aurora (Recife/PE), fundado em 1825, foi o colégio selecionado para a análise, pois possui um núcleo de gênero, identidade e etnia, chamado Márcia Dangremon. Desta forma, a pesquisa foi realizada a fim de produzir uma narrativa acerca das vivências (lutas, identidades e exclusões) das estudantes negras e trans desta instituição, com um recorte entre 2020 e 2022, ao questionar qual o impacto dos estudos de gênero e raça dentro da educação, quais dificuldades as discentes sofrem por conta da identidade e como pensar um feminismo que atravesse as mulheres negras e trans. O estudo foi realizado por meio de leituras bibliográficas e entrevistas realizadas com a professora de História Gabriela Borba e estudantes que fazem parte do Núcleo Márcia Dangremon. Por fim, destaco a relevância de se problematizar as relações de poder diante da atuação das mulheres na escrita e como protagonistas da história, observando as culturas, ações políticas e educacionais, identidades e etnias do feminino.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Raça.

1 INTRODUÇÃO

A mobilização das mulheres, para que a história seja construída por elas, demonstra um caminho inovador na escrita da história. O poder, a depender do contexto, terá várias aplicações. O poder silencia as mulheres, mas, ao ser pensado no “plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalentes a ‘influências’ difusas e periféricas,

em que as mulheres têm sua grande parcela." (PERROT, 2020, p. 177). As relações de poder, de forma paradoxal, invisibilizam e protagonizam a mulher (poder sobre as mulheres e poder das mulheres).

É nesta disputa social que elas, em sua diversidade, irão resistir às violências do patriarcado[1]. Trata-se de ocupar espaços que foram negados, educar as mulheres acerca das suas identidades e realidades diferentes, lutar coletivamente e problematizar as masculinidades. As discussões de gênero também envolvem a construção do masculino. Assim sendo, o espaço escolar é essencial para que essas pautas façam parte do aprendizado dos discentes.

2 MULHERES NA HISTÓRIA: EDUCAÇÃO, GÊNERO E RAÇA

O Brasil vivenciou 350 anos de escravidão, estruturando o racismo em sua sociedade. Não podemos reduzir o racismo a uma ação individual, de forma isolada, mas que contempla as instituições[2]. Ele é estrutural e se organiza mediante uma perspectiva sistémica e cultural, a qual normaliza e fomenta preconceitos e discriminações contra o povo negro, ofuscando espaços, produzindo silenciamentos e causando traumas[3].

Outra população importante é a transgênero[4], com vozes que a tanto tempo se mantém de pé, mas não queremos ouvir. A compreensão da estrutura na sociedade brasileira – racista, cisheteropatriarcal e dividida em classes – nos explica como as injustiças sociais são instituídas, invisibilizando, neste caso, as pessoas trans e retirando

---

[1] O patriarcado é um sistema social que privilegia o homem, principalmente o branco, cisgênero e heterossexual. Assim, a violência pode ocorrer em diversas esferas e culturas. "O uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política." (MORGANTE; NADER, 2014, p. 3).

[2] "Em seu significado geral, instituições são modos de orientação, rotinização e coordenação de comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possível, proporcionando relativa estabilidade aos sistemas sociais." (HIRSCH, 2007, p. 26). O escritor e advogado Silvio Almeida acrescenta que "é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam sujeitos, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significados previamente estabelecidos pela estrutura social. Assim, as instituições moldam o comportamento humano, tanto do ponto de vista das decisões e do cálculo racional, como dos sentimentos e preferências." (2020, p. 38-39).

[3] "As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista." (ALMEIDA, 2020, p. 47).

[4] O termo "refere-se às pessoas cuja identidade de gênero é diferente daquela que lhe foi atribuída tendo-se por base o sexo biológico. O termo aplica-se a quem se considera um homem ou uma mulher trans." (CAZAL; REIS, 2021, p. 16).

a humanidade e cidadania desses indivíduos. É nas relações de poder que se busca dominar o corpo do outro, por meio da padronização dos corpos e das identidades.

É substancial colocar em debate o termo interseccionalidade, em razão de não sermos formados apenas por uma identidade e as violências que os grupos marginalizados sofrem são diversas, por meio da intersecção. Uma mulher pode ser vítima do racismo, do machismo e da homofobia. Desta maneira, destaco neste trabalho a mulher negra e a mulher trans, pois é necessário ouvir as dores, reconhecer as lutas e vibrar com as conquistas dessas duas feminilidades, ciente que "reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história[5] e seus agentes já estabelecidos como 'verdadeiros'." (SCOTT, 2011, p. 80). É primordial questionar, em uma sociedade racista e cisheteronormativa, a história única sustentada através do poder, como afirma a nigeriana Chimamanda:

> É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo[6] na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer "ser maior do que outro". Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva. (ADICHIE, 2019, p. 22-23).

À vista disso, o ambiente escolar é ator importante na luta contra as injustiças sociais e preconceitos, como comenta Sueli Carneiro:

> Na atualidade, a escola – enquanto local de formação humanística, ética, social e política – e os meios de comunicação de massa – com sua função educadora e socializadora – seriam os atores primordiais para desmistificação e superação de equívocos, preconceitos e desinformações (2003, p. 10).

A desmistificação e superação dos problemas sociais, por intervenção da educação, devem surgir na escola e atingir outros ambientes, como a família, a igreja etc. A escola não pode ser vista como um local que apenas compartilha informações. Assim,

---

[5] Michelle Perrot, historiadora francesa, escreve que as mulheres, muitas vezes, são excluídas da História, pois o "'ofício do historiador' é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou 'mental', ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. [...] Assim também - segunda volta da chave - os materiais que esses historiadores utilizam (arquivos diplomáticos ou administrativos, documentos parlamentares, biografias ou publicações periódicas…) são produtos de homens que têm o monopólio do texto e das coisa públicos." (2020, p. 197).

[6] Língua falada na Nigéria.

a educação tem que ser exercida como prática libertadora[7], a fim de impactar o desenvolvimento intelectual e as relações sociais dos estudantes, sejam internas ou externas ao espaço escolar.

3 A EREM GINÁSIO PERNAMBUCANO (AURORA) E O NÚCLEO DE GÊNERO, IDENTIDADE E ETNIA MÁRCIA DANGREMON

Situada na Rua da Aurora e às margens do Rio Capibaribe, no Recife, a EREM Ginásio Pernambucano (Aurora) possui um considerável contexto histórico, sendo a escola mais antiga em atividade no Brasil. Fundada em 1º de setembro de 1825, com o nome Liceu Provincial de Pernambuco, a instituição funcionava em dependências do Convento do Carmo, mudando-se, posteriormente, para outros endereços[8]. Apenas em dezembro de 1866 a escola se instalou na Rua da Aurora[9]. Todavia, por conta da má condição da infraestrutura, a escola Ginásio Pernambucano foi transferida de volta para a Rua do Hospício, ocorrendo uma reforma no edifício da Rua da Aurora entre os anos 2000 e 2003. Em 2004, a escola é reaberta com uma nova proposta pedagógica, a de Educação Integral para o Ensino Médio, e em 2008, por intermédio da Lei Complementar nº 125[10], torna-se Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano (Aurora)[11]. Além disso, diversas personalidades brasileiras estudaram nesta instituição, como Clarice Lispector e Ariano Suassuna.

Os Núcleos de Estudo de Gênero, projeto organizado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE), eram apenas cinco quando iniciaram em 2011. Porém, em 2022, há mais de 256 núcleos espalhados por todo o território pernambucano. Além das discussões de gênero, os núcleos colocam em pauta questões voltadas às identidades

---

[7] "A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas dos nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo." (HOOKS, 2017, p. 25).

[8] Rua Gervásio Pires, Recife (1844); Rua da Praia e no Pátio do Paraíso, Recife (1846), Rua do Hospício, Recife (1850), entre outros.

[9] Em 1859, o Imperador Dom Pedro II realizou uma visita durante a construção do edifício.

[10] Lei complementar nº 125, de julho de 2008, na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Cria o Programa de Educação Integral nas Escolas de Referência em Ensino Fundamental, nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), nas Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Médio e nas Escolas Técnicas Estaduais (ETE).

[11] A ênfase concedida ao "Aurora" ocorreu por conta da existência de outra EREM Ginásio Pernambucano, situado na Avenida Cruz Cabugá, Recife.

e etnias, a fim de combater as violência que estão estruturadas na sociedade, como o racismo, o machismo, a homofobia, a transfobia etc. A EREM Ginásio Pernambucano (Aurora) foi uma das escolas que recebeu este projeto, sendo, atualmente, coordenado pela professora Gabriela Borba de Lima[12]. O Núcleo desta escola foi nomeado de Márcia Dangremon[13].

Assim, com um recorte entre 2020 e 2022, diversas entrevistas, fazendo uso das técnicas da História Oral (ALBERTI, 2008), foram realizadas com discentes que são participantes do Núcleo da EREM Ginásio Pernambucano (Aurora). A estudante Mariana dos Anjos (3º ano do ensino médio) e o estudante Icaro Cesar (2º ano do ensino médio), respectivamente, afirmaram:

> A importância do núcleo para os estudantes da escola é servir como um extra do ensino regular. No núcleo discutimos sobre gênero, etnicidade e identidade. Nós ouvimos pessoas que passam por aqueles processos [de violência], estudamos teóricos, discutimos e o núcleo serve como espaço de acolhimento dentro da escola. (DOS ANJOS; CESAR, 2022).

> O núcleo vai te ajudar a debater e ter pensamento que você não tinha. Pode ajudar a ter uma cabeça muito madura nos assuntos relacionados ao seu gênero, sua etnia e identidade. [...] Mostra não só questões relacionadas à escola, mas a vida das pessoas. Ou seja, fala sobre mulheres negras e seu empoderamento. (DOS ANJOS; CESAR, 2022).

Os núcleos são desenvolvidos em um ambiente educacional, aproximando, cada vez mais, as escolas ao debate de gênero, etnia e identidade. É um espaço que propõe discussões sobre masculinidades, feminilidades, preconceito asiático, negritude, transfobia, entre outros. Assuntos sugeridos pelos estudantes. Elis Sacramento (2º ano do ensino médio), integrante do Núcleo Márcia Dangremon, destaca, em entrevista concedida à Folha de Pernambuco, que ele seria sua segunda casa, onde "uma vez por semana se encontra para discutir sobre tudo. A educação é libertadora e para quebrar o ciclo de violência a gente precisa começar nas escolas." (NUNES, 2022).

---

[12] É graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2015) e Pós-Graduada em Educação e Ludicidade pela Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE (2017). Atuou como Arte Educadora do Instituto Ricardo Brennand, onde desenvolveu trabalhos de ação educativa voltados para a História da Alimentação, Cultura Popular e Educação Lúdica. Atualmente é professora de História e Sociologia na EREM Ginásio Pernambucano Aurora, onde desenvolveu a eletiva Comendo com Memória e coordena o Núcleo de Estudos de Gênero, Identidade e Etnias. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9783961675914483>. Acesso em: 05 de dez. de 2022.

[13] Márcia Hooper da Silva Dangremon (1940-1999), nascida no Espírito Santo, foi uma socióloga que se destacou em Pernambuco pela luta em defesa das mulheres, crianças e adolescentes, contra a exploração sexual e a violência doméstica.

4 O ESPAÇO ESCOLAR E AS QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA

As estudantes negras e trans fazem, na atualidade, o mesmo questionamento realizado no discurso da abolicionista estadunidense Sojourner Truth, feito no século XIX: “E eu não sou uma mulher?”. É por problematizar as feminilidades e suas especificidades que conseguimos observar as identidades, lutas e exclusões. Em detrimento de uma mulher singular, a branca, a sociedade não irá considerar a mulher não branca. A feminilidade negra e transgênero são colocadas na marginalidade. Posto isto, ouvir as discentes é um meio para quebrarmos o silêncio, que é uma violência, imposto sobre as suas identidades.

4.1 “Minha cor tem uma história de vida”: estudante e mulher negra

As questões de gênero não podem estar separadas das exigências impostas pela raça, etnia, classe, região, entre outras, pois os grupos de “ mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero.” (CARNEIRO, 2003, p. 119). A solidão da mulher negra está presente na escola, como comenta a estudante negra Maria Gabriela (2º do ensino médio): “A principal questão, no ensino médio, é como a solidão afeta a nossa autoestima. A gente se compara muito, principalmente com meninas brancas. É muito difícil a aceitação de cabelo, de cor e de traços.” (GABRIELA, 2022). A ativista e filósofa Sueli Carneiro afirma que “as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente, como é verdadeiro também que as mulheres brancas constituem o ideal estético feminino em nossa sociedade.” (CARNEIRO, 1995, P. 547).

A identidade da mulher negra é negada desde cedo, posto que vivemos em uma sociedade racista. O branco é definido como padrão. Toda essa naturalização ocorre porque o “racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais.” (ALMEIDA, 2020, p. 63). Desta maneira, Maria Gabriela, sobre a identidade negra e a escola, afirma:

> A importância de tratar sobre a identidade negra e o racismo na escola pública é, principalmente, para evitar casos de preconceitos e o próprio racismo. é importante, também, que a gente incremente as nossas pesquisas com a cultura afro-brasileira e de matriz africana, porque, assim, as pessoas irão compreender melhor o que a gente vive, o que a gente sente e diminuir

> tanto ódio e rancor. É preciso aprender sobre a nossa história. (GABRIELA, 2022).

Somando a fala da estudante anterior, a discente Maria Clara (3º do ensino médio), mulher negra, coloca o Núcleo como um lugar que abriu espaço para ela reconhecer a sua negritude:

> Quando eu entrei na escola, eu não tinha tanta propriedade de quem eu sou e de quem eu era. Através do Núcleo, eu consegui entender mais sobre as minhas origens, o que sou capaz e a minha cor não me diminui, ela me faz ser igual a qualquer outra mulher. Por que quando eu entrei no Núcleo? Porque no meu primeiro ano eu não tive acesso, eu não entendia as minhas origens. Para mim era algo vago, eu sou negra e pronto. Mas através do Núcleo eu consegui ver que ia muito além. No meu pós-escola eu vou ter uma propriedade, eu vou ter uma argumentação mais forte, para falar das minhas origens e de quem eu sou. Eu não sou, apenas, Maria Clara, que através da minha cor tem uma história de vida, e não está só no meu agora, no meu antes, é uma história contínua. (CLARA, 2022).

Os núcleos trouxeram à tona demandas que são poucos discutidas no ambiente escolar. Questionada sobre o que ela espera do Núcleo para o futuro, diante do impacto que ele causa na escola, Sophia Stephanny (2º do ensino médio), negra e lésbica, disse: "Eu espero que os alunos se unam mais e juntos lutem contra o preconceito e a falta de conhecimento. A escola é um lugar de aprendizado e é importante que os estudantes se sintam acolhidos e respeitados." (STEPHANNY, 2022).

4.2 "Continuarei lutando": estudante e mulher transgênero

Ao discutir sobre gênero, os núcleos desenvolvidos nas escolas públicas do estado de Pernambuco contemplam os estudantes transgênero. O exercício de escuta da história desses discentes coopera para a luta contra a transfobia. Não se trata apenas de conhecimento, reduzindo a pauta ao conteúdo, mas, sim, ouvir as suas vivências, constatar e aceitar o espaço que são das pessoas trans, a fim de se sentirem incluídas na sociedade.

É expressivo que a escola rompa com a cisheteronormatividade, tornando o ambiente acolhedor para os estudantes que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Entretanto, infelizmente, é muito comum que esta população sofra, dentro da escola, sucessivos ataques verbais e físicos. A violência atravessa, também, o isolamento, pois, no espaço escolar, "se um menino cisgênero brinca com uma menina transgênera no recreio, torna-se vítima de chacota; seu status de macho estará 'ameaçado' durante todo

o ano letivo. Desse modo, os meninos preferem se afastar e acompanhar aqueles que vão discriminá-la." (DE JESUS BENTO; XAVIER; SARAT, 2020, p. 15).

Além disso, a estudante transgênera Leah Nicki (2º ano do ensino médio), acerca do uso do banheiro, afirma que "usufruir de espaços públicos é bem complicado, principalmente pela questão do banheiro. Sinto que serei julgada." (NICKI, 2022). Ela acrescenta que não se sente segura, fora da escola, em utilizar o banheiro feminino e como isso lhe oprime bastante, desejando apenas que o seu direito seja cumprido. O preconceito e a discriminação com pessoas trans interfere também na autoestima, como prossegue em sua fala:

> Eu sempre vejo mulheres, meninas [cis] e elas são diferentes de mim. Eu passo e sinto coisas que elas não sentem. Isso me distancia delas, eu não me sinto incluída, enquanto menina, nos espaços que eu deveria estar sendo incluída como uma menina. Isso é muito complicado, você acordar, se olhar no espelho e se enxergar em um corpo que você não se sente pertencente [na sociedade]. (NICKI, 2022).

"Mas onde há poder, há também possibilidades de resistência para borrar o engessamento dessas fronteiras. Pessoas trans e/ou não binárias são exemplos de sujeitos cujas vidas são ricas em manifestações de resistência." (NERY; GASPODINI, 2015, p. 66) Diante da transfobia que sofre, dentro e fora da escola, Leah Nicki deixa claro como participar do Núcleo, da EREM Ginásio Pernambucano (Aurora), ajudou-lhe a continuar resistindo às violências e protagonizar a sua identidade:

> Fazer parte do Núcleo, como pessoa trans, torna-me uma pessoa mais forte, porque é o lugar que me sinto segura e pertencente a algo, e eu sei que no Núcleo eu posso atuar na minha luta. E com essa minha luta, eu posso transmitir informação e conhecimento dentro da escola. A importância da resistência na minha identidade é que eu sei que depois de mim existirão pessoas que irão passar e sentir a mesma coisa. Eu quero proporcionar para elas um futuro melhor, com mais direitos, que sejam respeitadas e compreendidas. Eu luto pelas pessoas que virão depois de mim, mas, principalmente, as que vieram antes de mim. A luta delas é eterna. Enquanto eu estiver aqui e outras pessoas trans estiverem, eu continuarei lutando. (NICKI, 2022).

Fazer parte da população LGBTQIAPN+ no Brasil é estar em incessante vigilância. As ameaças às pessoas que não são cishétero estarão presentes em todos os lugares e de diversas formas. Os núcleos são significativos para proporcionar um conhecimento que diferencie gênero, sexo e orientação sexual, relate as lutas e conquistas de pessoas LGBTQIAPN+, e, ao mesmo tempo, seja um espaço de acolhimento.

4.3 Gênero, identidade e etnia além da escola

A escola deve ser um lugar que potencialize o aprendizado, com o objetivo de difundir as discussões além dos seus muros, para que, assim, os discentes reconheçam como esses assuntos, discutidos pelos núcleos, são cruciais para a sociedade. A estudante egressa Maria Eduarda, discorre sobre o seu ingresso no Núcleo:

> Eu entrei no Núcleo no final de 2021, eu sempre gostei bastante desses assuntos. Porém, por algum motivo, não sei qual, eu não tinha entrado antes. Meus amigos faziam parte do Núcleo e falaram: "Duda, vai fazer parte, é muito tua cara". Então, fiz a inscrição no Núcleo Márcia Dangremon e eu me apaixonei de primeira. As pautas abordadas durante o meu ano foram super interessantes e os trabalhados que fiz parte também foram bastante interessantes. (EDUARDA, 2022).

A educação se faz presente na relação dos próprios estudantes, mediante a escuta e o acolhimento, pois, como escreve Paulo Freire, "agora ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo" (2022, p. 96). Deste modo, Maria Eduarda relata um momento, na EREM Ginásio Pernambucano (Aurora), que foi importante para si: "Eu lembro da primeira palestra que ministrei na minha escola, com o pessoal do segundo ano em 2021, e algumas pessoas contaram as suas vivências e eu mostrei a importância do Núcleo na escola, de como conseguimos acolher as outras pessoas." (EDUARDA, 2022).

O propósito do debate sobre gênero, identidade e etnia nas escolas se confirma na fomentação de diálogos em outros ambientes frequentados pelos discentes. Posto isto, estas discussões devem acobertar as relações sociais dos estudantes, construídas de forma interna e externa ao espaço escolar. Vejamos o que Maria Eduarda conclui:

> Uma das coisas mais marcantes para mim foi, realmente, ver o depoimento de como o Núcleo continua impactando a escola até hoje. Eu já terminei o ensino médio, mas continuo vindo aqui para reforçar os aprendizados que tive no Núcleo. Foram importantes como vivência e aprendizado de compreender o que as outras pessoas e eu estou passando. Aprender a respeitar e entender todo o processo que é ser uma mulher negra ou ser uma mulher negra e lésbica. Foi muito importante para mim e eu consigo debater com amigos, com outras pessoas, até mesmo com a minha família, assuntos que não achavam importante. Ver uma adolescente trazer isso, eles param e pensam: "caraca, realmente isso é importante e devemos pensar sobre. (EDUARDA, 2022).

Os estudantes precisam encerrar a formação escolar com a constatação da indispensabilidade dessas discussões, uma vez que o aprendizado e estas contestações não se encerram ao fim do ensino médio. É através de uma educação continuada que teremos uma sociedade com mais equidade.

4.4 A educação por um feminismo plural

A universalização do movimento feminista é prejudicial na luta contra o patriarcado, que, também, não pode ser visto de forma singular; o patriarcado se ressignifica, moldando-se às várias sociedades, para continuar subordinando as mulheres[14]. Assim, a opressão também estará presente na exclusão da mulher negra, indígena, quilombola, lésbica, bissexual, transgênera, pessoa com deficiência (PCD) etc. Temos que questionar a construção deste movimento, analisando qual feminismo estamos falando, quais realidades o feminismo alcança, quais mulheres podem ser feministas, qual corrente representa o feminismo, quais mulheres se sentem representadas pelo feminismo e quem pode fazer parte dos espaços feministas. A estudante Maria Clara (3º ano do ensino médio) e a estagiária Nêmesis Lima, graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), problematizam, respectivamente, este feminismo universal, cishétero e branco:

> O movimento feminista é importante para todas as mulheres. Mas ele foi criado com o intuito de abranger uma ala, a ala das mulheres brancas. Hoje em dia este problema não é tão grande, mas até hoje enfrentamos problemas. [...] Nós sempre tivemos as mulheres indígenas, negras, trans e essas são a sua minoria dentro do feminismo. Muitas mulheres pregam o feminismo, mas não abraçam todas as mulheres. (CLARA, 2022).

> Feminismo: movimento pela vida das mulheres e pelos direitos das mulheres. Mas de quais mulheres estamos falando? A partir de que estamos pensando estas mulheres? Para que estamos projetando essas mulheres? São questionamentos que precisam ser feitos, para tentarmos compreender como as mulheres transgênero e travestis se encaixam dentro deste movimento, por vezes excludente, por vezes genocida, para a vida de pessoas transgênero e travestis. Pense no feminismo como um movimento que permite o corpo da travesti, que permite o corpo da mulher transgênero. Assim, conseguiremos um feminismo plural, popular, igualitário e que protege a vida de todas as mulheres. (LIMA, 2022).

Posto isto, um feminismo distante da interseccionalidade não conseguirá incluir todas as mulheres, pois o "papel da interseccionalidade é o de localizar o surgimento das desigualdades e perceber os mecanismos de opressão que se estabelecem nessa relação [entre as diversas identidades]" (LAPOLLI; PARANHOS; WILLERDING, 2022, p. 105). Ou seja, não se trata do somatório de várias identidades, mas de como elas são

[14] "A presunção política de ter de haver uma base universal para o feminismo, a ser encontrada numa identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanha frequentemente a ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal e hegemônica da dominação patriarcal ou masculina. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticado em anos recentes por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe." (BUTLER, 2020, p. 21).

oprimidas através dos vários mecanismos de opressão. Colocar este conceito em debate é uma forma de romper com a dominação masculina que busca eternizar a subordinação das mulheres (BOURDIEU, 2022). O feminismo não deve ser homogêneo, mas, sim, coletivo e plural.

A filósofa estadunidense Judith Butler, escreve como o gênero estabelece interseções com outras modalidades:

> Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sem se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas Resulta que se tornou impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (2020, p. 21).

O feminismo que perpassa a diversidade do feminino caminha ao encontro da liberdade de todas as mulheres. Um dos mecanismos do patriarcado é a utilização da mulher como opressora de outras feminilidades. Portanto, não basta afirmar que o movimento feminista defende os direitos delas de forma universal, é preciso observar e agir diante da realidade de cada feminilidade (classe, raça, gênero, região etc.). A mulher como singular é uma invenção do Ocidente (BUTLER, 2020).

5 A DOCÊNCIA E AS QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO

A escola é formada por diversos atores, entre a gestão, corpo docente, discentes etc. Desta forma, é um lugar que os professores e as professoras aprendem. As discussões de gênero, identidade e etnia abrangem o conhecimento e a prática do educador. Em entrevista à Folha de Pernambuco, acerca dos núcleos e a docência, a professora Gabriela Borba comentou:

> Mesmo que a discussão de gênero seja forte hoje em dia, as pessoas que estão em sala de aula enquanto professores não têm um preparo para entender os conceitos que são trabalhados em gênero. Muitas vezes o professor que coordena o núcleo ajuda a levar esse conhecimento não só para os estudantes, mas também para outros colegas da escola. (NUNES, 2022).

O docente não aprende de forma isolada e distante do mundo (FREIRE, 2022). É necessário problematizar os educadores, visto que a formação deles é contínua e coletiva.

Com isso, o educador não pode exercer o seu ofício de forma vertical e dominante, mas de forma horizontal e libertadora, aberto para novos conhecimentos[15].

Ademais, o ambiente da sala de aula tem que ser construído de forma comunitária, a fim de conceber os estudantes como sujeitos no mundo, possuidores de suas identidades. É fundamental que os discentes desenvolvam esta perspectiva dentro da escola. Desta maneira, em entrevista concedida a este trabalho, a professora Gabriela Borba coloca a escola, atendendo ao olhar docente, como um local que deve ser democrático, seguro e de fortalecimento para os estudantes:

> Entender a importância de gênero, etnia e identidade dentro do espaço público, enquanto docente, faz com que a gente perceba que a escola é, na verdade, um espaço democrático, ou deveria ser. É um ambiente em que devemos, ao máximo, fazer com que essas pessoas, que frequentam o ambiente escolar, sintam-se parte pertencente, que vejam a sala de aula como um ambiente seguro. Se a sociedade, lá fora, não promove essa segurança e essa possibilidade de representatividade, aqui dentro elas precisam entender, precisam se sentir parte pertencente, precisam se sentir seguras para ter um ponto de apoio. A sala de aula, o espaço público, enquanto ambiente de prática de identidade, etnicidade e de gênero, ela é mais que um simples espaço público, ela é um local de fortalecimento. (BORBA, 2022).

A interseccionalidade fudamenta como grupos marginalizados são violentados. Este conceito alcança os educadores, pois estão inclusos na sociedade. A entrevista realizada com a professora Gabriela Borba aponta como a sua feminilidade fez parte da sua vivência desde cedo, mas a sua negritude lhe foi negada. Para ela, a sala de aula proporcionou um olhar crítico acerca desta opressão e um empoderamento enquanto negra:

> Como docente e como mulher negra, eu posso dizer que o meu processo de negritude se inicia dentro de sala de aula. Eu sempre tive conhecimento da minha feminilidade, do meu processo enquanto mulher, Mas eu nunca, ou talvez eu tenha demorado muito para me perceber enquanto negra na sociedade. Reflexões enquanto ser uma mulher periférica e pobre sempre foi parte da minha vivência, mas me perceber negra é parte da minha jornada docente. Então, o meu empoderamento enquanto mulher negra está diretamente relacionado à minha prática de sala de aula. (BORBA, 2022).

Ratificando a estimável relação da docência com essas temáticas, as estudantes do curso de História da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e estagiárias na EREM Ginásio Pernambucano (Aurora), Kamilla Oliveira e Bruna Alves, afirmaram o seguinte, respectivamente, acerca da atuação delas no Núcleo da escola:

> A minha experiência com o Núcleo, enquanto equipe, foi muito proveitosa. Dentro do Núcleo nós temos uma relação muito democrática, tanto

[15] "A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como *estão sendo* no mundo *com que* e *em que* se acham." (FREIRE, 2022, p. 100).

> com a professora e coordenadora, Gabriela Borba, quanto com os estudantes. Nós conseguimos levar, para a equipe, temas que acreditamos que podem ser abordados e os estudantes também podem sugerir. Sempre estamos buscando debater temas atuais, tornando a equipe mais dinâmica. (OLIVEIRA; ALVES, 2022).

> A importância de ser integrante do Núcleo neste meu processo de formação docente ocorre pelo conhecimento que obtenho nos encontros. Assim, posso tentar abordar a história a partir de uma perspectiva que relacione gênero, identidade e etnicidade. Eu também aprendo formas de tratamento, que posso aplicar com meus estudantes, com meus colegas de profissão e com a sociedade. (OLIVEIRA; ALVES, 2022).

As discussões sobre gênero, identidade e etnia precisam ocorrer de forma contínua entre educador-estudante, educador-educador e estudante-estudante. É importante a prática de uma educação coletiva, com o objetivo de visualizar as identidades, participar das lutas e combater as exclusões.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir sobre a identidade da mulher negra e trans não é reduzi-las, diante das suas muitas características, habilidades e conhecimentos. A identidade de raça, gênero e sexualidade dessas estudantes foram analisadas por conta da invisibilidade gerada pela sociedade patriarcal, classista, racista e cisheteronoramtiva. Assim, por mais que possuam talentos, criatividade, produção científica, entre outras coisas, elas serão silenciadas por conta da sua cor, classe, gênero e sexualidade.

É por meio da aceitação das suas identidades e histórias que elas conseguirão resistir ao racismo e a transfobia. A pesquisa nos mostra como a escola possui diversos desafios, como combater os preconceitos e discriminações, em seu ambiente, e preparar os docentes para as questões de gênero, identidade e etnia, a fim de ampliar o debate para outros lugares sociais.

A luta é coletiva, são das pessoas negras e trans, mas, também, dos cishéteros e brancos. Trabalhos como este são desenvolvidos para que as pessoas tenham acesso a essas discussões, a fim de cantarmos como o Emicida, na música "AmarElo": "Pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome." (EMICIDA, 2019).

7 REFERÊNCIAS

Bibliografias:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. – São Paulo: Polém, 2019.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. — 2ª Ed. — São Paulo: Contexto, 2008.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. — São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação masculina*: a condição do feminino e a violência simbólica. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: uma situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, pág. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, p. 117-132 2003.

CAZAL, Simón; REIS; Toni. *Manual de cristianismo e LGBTI+* [livro eletrônico]. - Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2021.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. *História Agora*, v. 1, p. 134-161, 2014.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil império*. – São Paulo: Contexto, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

HOOKS, Bell. *Ensinar a transgredir*: a educação como prática da liberdade. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LAPOLLI; Édis Mafra; PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes. "Pessoa negra, LGBTQIA+, com deficiência, gorda e pobre: interseccionalidade, correto?" Errado! In: *Diversidades*: O bê-á-bá para a compreensão das diferenças. – Florianópolis: Pandion, 2022.

MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil colônia*. – São Paulo: Contexto, 2021.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH*, 2014.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. – São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, João W.; GASPODI, I. B.; SOUZA, R. M. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. Souza RM. *Coletânea Diversa Diversidades*, v. 1, p. 61-80, 2015.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. — São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. – 10ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. *EREM Ginásio Pernambucano (Aurora)*, Recife, fev. de 2020.

SCOTT, Joan. *Gênero*: uma categoria útil de análise histórica. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Sites:

"E eu não sou uma mulher?". Alma Preta, 01 de jul. de 2021. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/e-eu-nao-sou-uma-mulher>. Acesso em: 27 de nov. de 2022.

Arqueologia do Ginásio Pernambucano. Disponível em: <http://www.brasilarqueologico.com.br/arqueologia-ginasio-pernambucano.php>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

biblioteca/artigo212artigo1.pdf>. Acesso em: 24 de nov. de 2022.

GASPAR, Lúcia. Ginásio Pernambucano. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

HIRSCH, Joachim. Forma política, instituições políticas e Estado - I. Crítica Marxista, n. 24, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_

LEI COMPLEMENTAR Nº 125, DE 10 DE JULHO DE 2008. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=TEXTOATUALIZADO>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

NUNES, Raoni. Secretaria da Mulher lança projeto Jornada dos Núcleos de Estudos de Gênero em escolas do Estado. Folha de Pernambuco, 01 de jul. de 2022. Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/secretaria-da-mulher-lanca-projeto-jornada-dos-nucleos-de-estudos-de/232341/>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

Quinto Seminário de integração dos Núcleos de Estudo de Gênero é realizado nesta terça (11). Secretaria de Eucação e Esportes (PE), 11 de dez. de 2018. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=&cat=37&art=4538>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

Entrevistas:

BORBA, Gabriela. *Gabriela Borba de Lima*: depoimento [04 de maio de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:06:35). Entrevista concedida ao entrevistador.

CLARA, Maria. *Maria Clara do Nascimento*: depoimento [15 de junho de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:05:04). Entrevista concedida ao entrevistador.

DOS ANJOS, Mariana; CESAR, Icaro. *Mariana dos Anjos Ribeiro e Icaro Cesar de Almeida Marques*: depoimento [27 de abril de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:04:57). Entrevista concedida ao entrevistador.

EDUARDA, Maria. *Maria Eduarda Thompson Santos*: depoimento [04 de maio de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:02:11). Entrevista concedida ao entrevistador.

GABRIELA, Maria. *Maria Gabriela dos Anjos de Oliveira*: depoimento [27 de abril de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:04:41). Entrevista concedida ao entrevistador.

LIMA, Nêmesis. *Nêmesis Lima de Farias Melo*: depoimento [15 de junho de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:02:19). Entrevista concedida ao entrevistador.

NICKI, Leah. *Leah Nicki de Jesus Alves*: depoimento [27 de abril de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:06:32). Entrevista concedida ao entrevistador.

OLIVEIRA, Kamilla; ALVES, Bruna. *Kamilla Bastos de Oliveira e Bruna Alves Freire da Silva*: depoimento [04 de maio de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos

Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:03:31). Entrevista concedida ao entrevistador.

PAES, Giovanna. *Giovanna dos Santos Ribeiro Pae*s: depoimento [18 de maio de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:04:15). Entrevista concedida ao entrevistador.

STEPHANNY, Sophia. *Sophia Stephanny Agostinho da Silva*: depoimento [27 de abril de 2022]. Entrevistador: José Romélio Rodrigues dos Santos Júnior. Recife — PE. Gravação MP4 (00:01:25). Entrevista concedida ao entrevistador.

Música:

EMICIDA. AmarElo. In: Emicida; Majur; VITTAR, Pabllo. AmarElo. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2019. Álbum. Faixa 10.